

ATHIS COMO ESTRATÉGIA PARA MORADIA DIGNA E SEUS EFEITOS PRÁTICOS DA CATHIS / CAU/SP (2021-2023)

Guilherme Fumelli Monti Ribeiro (IC) e Débora Sanches (Orientador)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

O artigo aborda o tema da habitação social no Brasil, destacando algumas políticas públicas implementadas pelo governo federal nos últimos 30 anos, como o “Minha Casa, Minha Vida” e discorre questões sobre a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) como uma alternativa crucial para garantir habitação digna, que oferece suporte técnico profissional aos projetos habitacionais de interesse social, além de permitir realizar trabalhos em escalas maiores, indo além do lote. A prática da ATHIS envolve profissionais de diversas áreas de atuação como: assistente social, advocacia, engenharia, e principalmente, arquitetura e urbanismo na elaboração e execução de projetos que atendem às especificidades das comunidades de baixa renda, promovendo soluções que vão além da simples construção de unidades habitacionais. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), tanto a unidade federal (CAU/BR), quanto a unidade do Estado de São Paulo (CAU/SP) desempenham um papel fundamental ao financiar projetos através de editais públicos, possibilitando que profissionais capacitados contribuam para a melhoria das condições habitacionais e, consequentemente, para a qualidade de vida dos beneficiados. Posto isto, nesta pesquisa foram analisados dois trabalhos dos mais de 50 financiados durante a gestão do CAU/SP de 2021 a 2023. Dessa forma, compreende-se que a atuação do CAU, aliada à ATHIS, fortalece a conexão entre política pública e prática profissional, essencial para enfrentar o déficit habitacional no Brasil com eficiência e sensibilidade social.

Palavras-chave: Moradia digna. Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Política Pública.

ABSTRACT

The article addresses the issue of social housing in Brazil, highlighting some public policies implemented by the federal government over the last 30 years, such as the “Minha Casa, Minha Vida” program, and discusses issues regarding Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS) as a crucial alternative to guarantee decent housing, which offers professional technical support to social interest housing projects, in addition to allowing work to be carried out on a larger scale, going beyond the lot. The practice of ATHIS involves professionals from various areas of activity, such as: social work, law, engineering, and mainly,

architecture and urban planning in the elaboration and execution of projects that meet the specific needs of low-income communities, promoting solutions that go beyond the simple construction of housing units. The Architecture and Urban Planning Council (CAU), both the federal unit (CAU/BR) and the unit of the State of São Paulo (CAU/SP) play a fundamental role in financing projects through public notices, enabling qualified professionals to contribute to improving housing conditions and, consequently, the quality of life of beneficiaries. That said, this research analyzed two works out of more than 50 financed during the management of CAU/SP from 2021 to 2023. Thus, it is understood that the work of CAU, combined with ATHIS, strengthens the connection between public policy and professional practice, which is essential to address the housing deficit in Brazil with efficiency and social sensitivity.

Keywords: Decent Housing. Technical Assistance for Social Housing. Public Policy.



1. INTRODUÇÃO

É consenso que habitação social no Brasil é um assunto histórico devido aos seus inúmeros problemas de ordens econômicas, políticas e sociais. Em um país severamente desigual, com especulação imobiliária descontrolada nos centros urbanos e ausência de políticas públicas eficientes destinadas à garantia de moradia digna, o contexto de precariedade habitacional inevitavelmente será crescente. Posto isto, a pesquisa analisa o atual cenário crítico da habitação no Brasil e considera a Lei Federal nº 11.888/2008, que garante que famílias com renda de até três salários-mínimos recebam assistência técnica pública e gratuita, como uma via possível e eficiente para lidar com a realidade que inúmeras famílias estão condicionadas. Sendo assim, compreende-se a possibilidade de uma estratégia para reduzir os índices de déficit e precariedade habitacional por meio do trabalho em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). Através dessa perspectiva, foi levantado o principal agente público articulador e investidor dessa atividade no estado de São Paulo, no caso o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), e analisado os efeitos práticos de dois projetos fomentados pela entidade, com objetivo de reconhecer a relevância e os resultados deles, a partir das contribuições que possuíram na melhoria da qualidade de vida dos agentes e das comunidades envolvidas.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. A REALIDADE DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O contexto habitacional no Brasil é uma questão complexa e multifacetada que se estende por décadas. Desde as políticas higienistas do século 19, que promoveram intervenção significativa nos grandes centros urbanos (Bonduki, 1998), até hoje, com incontáveis torres sendo edificadas para as classes mais abastadas, ao mesmo passo em que inúmeros imóveis estão desocupados e ociosos. No meio de tantas controvérsias urbanas e arquitetônicas, o país tem enfrentado desafios significativos para garantir moradia adequada para sua população, e, apesar de algumas estratégias já criadas por governos, as problemáticas habitacionais não demonstram sinais de enfraquecimento ou de redução, muito pelo contrário, apenas evoluíram.

Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC, 2022) e o IBGE que tem como o objetivo pesquisar diversas características socioeconômicas da sociedade, como educação, emprego, renda, população, habitação, entre outros, auxilia no diagnóstico para dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender à dignidade básica, como o Déficit Habitacional, estudo que busca estimar a falta de habitações e/ou



existência em condições inadequadas de moradia digna considerando ônus excessivo com aluguel, habitação precária e coabitação, atinge 6.215.313 domicílios em todo o território brasileiro, um acréscimo de 5,76% da pesquisa anterior, publicada em 2019. Importante ressaltar, destes domicílios, 86,8% estão em espaços urbanos. É necessário compreender que o termo déficit habitacional corresponde a uma certa quantidade de famílias sem moradia ou que vivem em condições precárias.

Juntamente aos dados referentes ao déficit, há o de Inadequação de Domicílios Urbanos, este que considera a carência de infraestrutura urbana, carência edilícia (ausência de banheiro exclusivo, número de cômodos servindo de dormitório, armazenamento de água, piso e cobertura impróprios) e inadequação fundiária (Fundação João Pinheiro, 2024), correspondente a 26.510.673 domicílios, 41,2% das moradias duráveis urbanas. Não obstante à essa relação da situação das moradas existentes, segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), há 11,4 milhões de casas e apartamentos vagos no país, ou seja, a cada 100 domicílios particulares, 13 estão vagos. A proporção aumentou comparada ao censo anterior, de 2010, em que a cada 100, 9 estavam livres. Ao passo em que tais dados e informações são compreendidos, é patente a necessidade por políticas públicas eficientes que intervém diretamente no local que milhares de famílias residem, com objetivo de ofertar melhores condições de moradia e qualidade de vida, e, para isso, a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) pode ser uma via prática e possível.

2.2. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REALIZADAS A PARTIR DE 1990

Quando se trata do histórico de políticas públicas para habitação de interesse social planejadas e executadas, é patente reconhecer que estão em pautas de governos há décadas, e, de uma perspectiva geral, compreende-se que a suas articulações sempre estiveram alinhadas a partir do valor financeiro da moradia, o que constantemente envolveram no processo: instituições financeiras, programas de distribuição de créditos, criação de bancos, entre outros. De todos já praticados, é relevante mencionar o Banco Nacional da Habitação (BNH, 1964), criado no período do regime militar, que direcionou investimentos na construção de novas moradias, e, com diversos problemas, acabou enfrentando o desmonte em 1986, que se deu por uma série de fatores, mas principalmente pelos altos subsídios impostos pela inflação e pela inadimplência crescente.

Durante o período de vigência do BNH (1964/86), a produção correspondeu a um total de 4,5 milhões de unidades o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido para o período. Desse total, somente 1,5 milhão de unidades (33,3%) destinaram-se às camadas populares da população, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas



alternativos, ou seja, para renda de 1-3 SM (Azevedo, S. de. *apud* Gordilho-Souza, 2008, p.45).

A partir dos direitos sociais adquiridos na mudança política, migrando para a redemocratização e sua consequente Constituição Federal de 1988, a moradia passa a ser considerado um direito básico, expresso em seu artigo 6º, *caput*.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

A partir dessas mudanças, é possível considerar o início da “reforma” dadas as circunstâncias da realidade habitacional para a população de baixa renda. Em 1999, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) pelo governo federal que visava oferecer moradias através de contratos de arrendamento com opção de compra para famílias com renda de até seis salários-mínimos, podendo chegar a oito salários, para pessoas ligadas à atividade da segurança pública. Como afirma Bonates (2008), o imóvel que faz parte do patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) possuía a “propriedade fiduciária” e o arrendatário pagava uma taxa de arrendamento mensal, por um período de 15 anos, quando poderia obter o direito de optar pela aquisição do imóvel. Além do PAR, há o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), criado em 1999, que visou atender às demandas por moradia de famílias com renda bruta de 0 a 3 salários-mínimos, tendo a unidade habitacional uma metragem mínima de 28 m², com custo médio de construção no valor de R\$13.000,00. Dentre as diretrizes do programa, conforme Oliveira (2011), estava a destinação dos recursos para atender a população urbana e rural, com prioridade às famílias de renda mais baixa e à mulher chefe de família.

Apesar de serem aplicados outros programas nos anos seguintes, como o Programa Crédito Solidário em 2004, destinado a cooperativas e associações de baixa renda, e o Programa Habitar Brasil que contou com verbas federais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o grande destaque da época foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009. Poucando de desenvolver a abordagem do programa nos seus meandros técnicos e particulares, é reconhecível a importância do projeto de governo em tentar oferecer moradia digna. Conforme Whitaker (2012, p.54):

O PMCMV representa então importante compromisso em relação à problemática habitacional: pela primeira vez destinaram-se subsídios consideráveis, a fundo perdido, para construir habitações sociais para as faixas de renda muito baixa. [...] o PMCMV está voltado em grande medida à produção de unidades habitacionais novas, com vistas à diminuição do déficit habitacional quantitativo, e não compreende modalidades importantes da política habitacional - como a política fundiária e desenvolvimento institucional – também relevantes ao enfrentamento efetivo do déficit habitacional brasileiro.



Outra questão importante, ainda que a moradia seja um direito, é importante reconhecer que a lógica comum, indissociável ao seu tratamento, é de lidá-lo como mercadoria. Um direito básico fundamental, garantidor de cidadania e bem-estar social está há anos entregue aos parâmetros especulativos mercadológicos de geração de renda aos proprietários. Sendo assim, associar moradia digna dentro desse sistema é um equívoco, e para isso, requer que a máquina do Estado opere em políticas alinhadas exclusivamente ao bem-estar público atendendo à moradia digna, com ações nos locais já existentes e ocupados, através da ATHIS juntamente com participação popular.

2.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS)

A melhoria habitacional corresponde às intervenções realizadas em domicílios e em seu entorno com objetivo de erradicar inadequações edilícias e do espaço construído, enfrentar inseguranças fundiárias e riscos ambientais. Para realização de sua prática, é baseado na Lei nº 11.888/2008, Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), o qual abrange todos os trabalhos envolvidos em projeto de arquitetura, acompanhamento e execução da obra, reforma ou regularização fundiária a cargo de profissionais das áreas de urbanismo, engenharia e arquitetura. Como afirmado em artigo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023, p.4):

Para além do direito à moradia, o serviço de assistência técnica também busca: o melhor aproveitamento “do espaço edificado e de seu entorno”; a formalização da edificação ou da reforma da habitação junto ao poder público; “evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental”; e garantir que a ocupação do solo urbano mantenha consonância com as legislações pertinentes, notadamente urbanísticas e ambientais.

A temática em ATHIS vem sendo discutida desde 1960, na perspectiva de construção de uma política pública frente as várias demandas por moradia adequada, desde então propulsionada pela sociedade civil, em especial os movimentos de moradia junto a profissionais de Arquitetura e Urbanismo. No início da década de 60, movimentos sociais postularam a produção de habitação social como política abrangente, no Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Nas décadas seguintes, após alguns avanços do campo legislativo, da organização de movimentos sociais e da articulação com a gestão pública, e, com base na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001, novos avanços ocorreram com a criação do Ministério das Cidades (2003-2019) em que trouxe a expectativa de ampliação da assistência técnica aos processos de autogestão, amparado pela aprovação da Lei Federal nº.11.888/2008 (Gordilho-Souza, 2023).

Durantes décadas as discussões e debates sobre habitação social não deixaram de ser pauta em encontros profissionais da área de arquitetura e urbanismo, de gestões públicas,



de organizações não governamentais, de movimentos populares, de universidades, entre outros. Apesar da relevância, tanto os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, quanto a Lei de ATHIS ainda não são efetivamente aplicados pelo poder público nas cidades brasileiras. Porém, nesse cenário, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)¹ surge como fundamental agente articulador para incentivar a aplicação da Lei Federal nas cidades, através de editais públicos para fomentar como política de Estado.

A partir dos primeiros anos de sua criação em 2010, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) estabeleceu um planejamento estratégico, com horizonte de 10 anos, 2013 a 2023, com missão de 'Promover Arquitetura e Urbanismo para todos'. Considerado essa missão, foi proposto em 2015 a abertura de uma chamada pública de apoio institucional para projetos em ATHIS, este que possibilitaria a ampliação do campo profissional da arquitetura, além da conscientização da sociedade e de gestores públicos quanto à centralidade da pauta da habitação. Com valor de R\$150 mil oferecido pelo edital, 4 projetos foram beneficiados e executados de forma que se tornaram referência para a política de continuidade do programa nos anos seguintes. Conforme afirma Somekh e Nunes (2023, p.42):

Dado o sucesso da chamada pública e sua ampla repercussão, em 2016, o CAU/BR debateu o tema vastamente, chegando à definição de que, na perspectiva de 'pugnar' pelo exercício profissional qualificado, caberia ao CAU investir uma parcela de sua receita em ações de promoção da ATHIS. Através das diretrizes orçamentárias para o ano de 2017, foi estabelecido que "2% do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC fossem alocados em projetos estratégicos ATHIS.

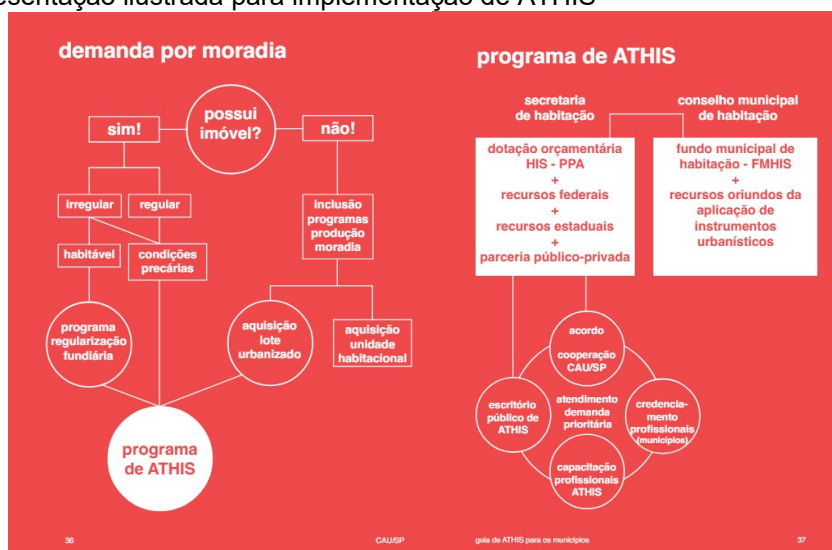
Desde então, a partir de 2017, o investimento constante apreciará a política institucional do Conselho da valorização da atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo com pautas sociais. Apesar do financiamento e importância do Conselho de Arquitetura, é compreensível que no melhor cenário possível para a implementação contínua em ATHIS envolva a maior efetiva participação do poder público, das 3 esferas, cumprindo com o que lhes competem. No caso do Executivo, organizar um departamento dentro de sua administração, vinculado à Secretaria da Habitação, Urbanismo, Obras ou Infraestrutura, que implementem o programa e apliquem a gestão necessária. No Legislativo, regulamentar em nível municipal e estadual, garantindo a base normativa que dê sustentação para ações do programa. E no Judiciário, garantir o cumprimento da legislação para a aplicação de ATHIS nos estados e municípios (CAU/SP, 2022).

Adiante do que acomete o funcionamento do poder público referente à assistência técnica, há outros agentes articuladores da sua prática, dentre eles: Profissionais de

¹ A função do CAU é orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

Arquitetura e Urbanismo, sejam eles funcionários públicos, autônomos ou representantes de escritório da área e de organizações da sociedade; as Universidades, através de escritórios-modelo, grupos de pesquisa e programa de Residência Técnica em arquitetura; e a Sociedade Civil, moradores de áreas em alta vulnerabilidade urbana-ambiental, movimentos sociais e associações. Dessa forma, compreendido a potencialidade de cada peça desenvolvedora do programa, o projeto de assistência técnica terá sua execução realizada, desde que os gestores públicos tenham entendimento do funcionamento do programa e como elaborá-lo. Vale mencionar, a cartilha gráfica desenvolvida pelo CAU/SP (2022) com exclusiva finalidade relacionada a isso, denominado “Guia de ATHIS para os municípios”, com objetivo de propagar o conhecimento e melhor orientação para as prefeituras e para os moradores, conforme fig.1.

Figura 1. Representação ilustrada para implementação de ATHIS



Fonte: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO (2022, p.36-37).

2.4. O FOMENTO DO CAU/SP NA GESTÃO DE 2021 a 2023

Direcionado a uma abordagem exclusiva à unidade federativa de São Paulo, o Conselho do Estado, da gestão (2021 a 2023), produziu de forma significativa a contribuição de incentivos a fomentos em ATHIS nunca executada anteriormente. Situada no contexto de maior déficit habitacional do país, aproximadamente 1,2 milhão de domicílios, dos quais 335 mil se referem a moradias em condições precárias, além de também estar classificado em primeiro referente ao ônus excessivo com aluguel urbano (Fundação João Pinheiro, 2024).

Ademais, são mais de 1,615 milhão de habitantes sem acesso à água potável e 6,341 milhões de habitantes sem tratamento de esgoto. Do total, 38% dos municípios não possuem sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos, 58% não possuem mapeamento de áreas de risco, 43% não possuem Plano Municipal de Habitação e 20% estão sem Plano Diretor Estratégico. Não apenas nessa situação, verificou-se que apenas 180 municípios, dos 645



existentes, possuem profissionais de Arquitetura e Urbanismo em seus quadros, ou seja, a maioria, sobretudo os municípios de pequeno porte, não sustentam sozinhos uma estrutura administrativa e técnica suficiente (CAU/SP, 2022).

Em concordância com os dados apresentados, a Gestão do Conselho do estado de São Paulo fomentou, em 3 anos, 62 projetos de ATHIS com investimentos em torno de R\$8,6 milhões, valor equivalente a 5,34% dos recursos disponíveis da arrecadação da entidade (Otondo, 2023). Tal recurso utilizado ultrapassa o de gestões anteriores e atinge um marco nunca visto desde sua fundação e demonstra como a entidade é capaz de atuar de maneira direta e coordenada, cumprindo suas responsabilidades.

Do total de projetos contemplados, observou-se que atingiu aproximadamente 1.1150 profissionais de Arquitetura e Urbanismo, sendo metade graduandos e a outra metade já formados. Ademais também envolveu detentores de conhecimento de outras áreas de atuação, como assistentes sociais, engenheiros, contadores, advogados, consultores, mestres de obras, além das lideranças comunitárias, aproximadamente 258 profissionais de outras áreas no total, estiveram envolvidos. Mensura-se que mais de 20 mil pessoas estiveram diretamente envolvidas com os trabalhos, seja por meio do processo de capacitação, ou contato com ações específicas, como palestras e materiais informativos. Quanto ao universo de pessoas impactadas indiretamente, estima-se 1,7 milhão no estado de São Paulo, números estes que demonstram a abrangência que ATHIS tem sobre os territórios (CATHIS/SP, 2023).

Dos mais variados trabalhos executados, sejam eles realização de projetos de arquitetura e urbanismo, palestras, debates, entre outros, o que por razões lógicas alinhadas à importância da capacitação de novos profissionais e da população que reside em áreas de conflito urbano, foram selecionados o estudo de dois trabalhos, sendo eles: “Curso de Extensão de Residência em Arquitetura e Urbanismo” (Termo de Fomento: 028/2022), e também, “Athis para melhorias nas edificações ocupadas por movimentos sociais de moradia em São Paulo” (Termo de Fomento: 008/2021).

2.5. “CURSO DE EXTENSÃO DE RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO”

Compreende-se que os esforços do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e de muitos arquitetos que lutaram durante anos para tornar possível o trabalho da classe profissional em habitação social é relevante. A opção de capacitar novas gerações de arquitetos e urbanistas é fundamental, nota-se a ausência do tema na maioria dos cursos de graduação, propagando-se o conhecimento em assistência técnica e prepara os profissionais a lidar com circunstâncias relacionadas à habitação social. Dessa forma, o projeto em questão está



relacionado a um curso de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, com conhecimentos teóricos e práticos, que teve impacto no município de Taboão da Serra.

Localizado na região metropolitana de São Paulo, Taboão da Serra é, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade mais densamente povoada do Brasil, com população estimada em 14.599 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa maneira, é um desafio constante encontrar soluções para acomodar a população crescente e sem alternativas de expansão territorial, e o papel de uma eficiente política habitacional é crucial. Com a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de 2009, foi possível compreender as reais necessidades habitacionais, o que possibilitou a formulação de políticas públicas voltadas à moradia digna, como o programa Morar Melhor, criado como resposta à demanda por melhorias habitacionais. Através de análises e pesquisas, o plano identificou aproximadamente 17.444 domicílios em situação de irregularidades e 81 assentamentos precários (Sampaio e Ferreira, 2023).

Criado nos moldes da Residência na formação de Medicina, a experiência já foi implantada de forma pioneira pela Universidade Federal da Bahia concebida como pós-graduação *lato sensu*. Como afirma Gordilho-Souza (2023, p.53):

Consiste em uma especialização em assistência técnica para habitação e direito à cidade, que põe em prática a Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social -, em resposta às amplas demandas, no contexto atual das cidades brasileiras. Integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Residência AU+E/UFBA visa capacitar profissionais e cidadãos, para viabilizar projetos participativos de melhoria da moradia e inclusão urbana, como instrumento de potencialização de investimentos públicos nessa área de atuação. Ampliam-se, assim, para além da inovação propositiva e projetual, novas possibilidades acadêmicas de pós-graduação na formação continuada e multidisciplinar e também a inserção social da universidade, com perspectivas para se firmar em rede nacional, em grande escala, contribuindo para a conquista de idades melhores e mais justas.

Através do conhecimento prático e seus retornos positivos para os cursantes desse modelo de aprendizado, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) efetivou juntamente à Prefeitura de Taboão da Serra uma parceria através do Acordo de Cooperação Acadêmico-Científico e Cultural, o que permitiu os residentes de terem contato com o cotidiano da prefeitura e com as necessidades que os munícipes levam ao plantão do Programa Profissional Multidisciplinar de ATHIS. Após a aprovação do edital público aberto pelo CAU/SP, foram contratados professores que elaboraram aulas e a metodologia, coordenador de campo que acompanhou os residentes durante o processo, o reembolso de transporte e alimentação, além da publicação do material de divulgação do trabalho. Conforme afirma Sampaio e Ferreira (2023), o curso estruturou-se em duas etapas, a primeira direcionada para a formação e discussão de temas relacionados à gestão pública e metodologia de ação, à



ATHIS e à realidade a ser conhecida nas visitas físicas. Na segunda etapa, envolveu a questão prática, com atuação direta no município. As vagas foram direcionadas a egressos de cursos de Arquitetura e Urbanismo, recém-formados num período de até 5 anos, e através de um processo seletivo, foram escolhidos 15 alunos. O período do curso durou no total sete meses, em que os quatro últimos envolveram a vivência em campo.

O território trabalhado esteve envolvido em uma parcela do espaço do município conhecido como Jardim Trianon. De maneira geral, foi realizado um extenso trabalho pela equipe de residentes que envolveu assembleia com moradores, elaboração de relatórios técnicos e mapas relacionados com diferentes abordagens sobre as condições fundiárias, edículas, dos espaços públicos, de qualidade de vida, entre outros. O projeto realizado possui relevância a partir do momento em que o conhecimento prático de arquitetos e urbanistas recém-formados é praticado não apenas para sua formação, com impacto direto da vida dos moradores do local. Apesar das adversidades enfrentadas, como a dependência das relações externas das entidades, é importante reconhecer o trabalho acadêmico-científico executado entre a universidade e prefeitura, e que pode ser executado futuramente como exemplo em outras instituições de ensino e em outras cidades, tendo em vista os contextos em que estejam inseridos. De acordo com o CAU/SP (2023), o valor do fomento foi de R\$219.065,00 e o trabalho contou com 15 profissionais de arquitetura e urbanismo, 1 assistente social e mais de 1.200 pessoas impactadas indiretamente.

O processo de aprendizado em assistência técnica para habitação de interesse social é, em muitas circunstâncias, uma etapa complexa que envolve inúmeras variáveis, como a história da população e do local, as políticas públicas implementadas pelo poder público, a economia existente, fatores sociais, ambientes, urbanos, entre outros. Dessa maneira, é compreensível que a base da articulação desse tipo de trabalho requer um conceito sólido de compreender em todos os espectros que envolvem tal problemática, sendo necessário se apropriar do aprendido, como afirma Freire (1983, p.16):

Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido - apreendido a situações existenciais concretas.

Realizado o escopo do curso de residência em assistência técnica com a base teórico-prática, é possível semear oportunidades principalmente para os residentes que se dispuseram a viver o processo, afinal, é uma vivência que excede o ambiente acadêmico e aborda a realidade de maneira eficiente, permitindo visitar território, interagir com a população e realizar os mais diversos levantamentos quantitativos e qualitativos do território. Dentre as variadas vantagens na participação do curso, há algumas fundamentais de serem mencionadas, como: a compreensão da situação e levantamento de resoluções acerca da

realidade habitacional do município de Taboão da Serra, o que em alguns aspectos podem ser aplicados em outros territórios, a depender de cada caso; A prática direta de conhecimento teórico, como relatórios e elaboração de infográficos, conforme fig.2.

Figura 2 – Levantamentos referentes aos graus de patologias nas Estruturas



Fonte: SAMPAIO, C. A.; EMILIO, P. E. B.; ALVIM, A. T. B. (2023, p. 230).

Além dos pontos mencionados, há a necessidade em estabelecer contato direto com a população e agentes públicos, e a partir disso, compreender como funciona a articulação de política pública; a possibilidade de atuar na prática profissional de Arquitetura e Urbanismo além do que é comumente praticado no mercado de trabalho e tornar o serviço mais acessível; proporcionar a aplicabilidade do conhecimento em diferentes territórios e prefeituras, o que garantir maior autonomia do profissional para agir como consultor e articulador na resolução dos diversos problemas envolvidos na questão de moradia social e qualidade de vida urbana e além disso, oferecer entendimento sobre orçamento e gestão pública.

A relação mútua de vantagens entre os residentes do curso e o poder público do município é considerável à medida que as atividades propostas no cronograma envolvem o registro e levantamento de informações, estes que realizam minuciosamente no local estudado o mapeamento social, econômico, edílico das habitações, urbano, fundiário e ambiental. Seus resultados permitem a perspectiva de haver ações e programas públicos de maior eficiência e segurança no objetivo de resolver a situação problemática existente, o que é benéfico para todos os agentes envolvidos, afinal, realizar tais levantamentos requerem tempo, recursos financeiros e pessoais capacitados, disponibilidade da população e do poder público envolvido na questão de moradia. Além disso, há o aperfeiçoamento contínuo do instrumental jurídico do programa Morar Melhor e a sua aplicação no contexto do subprograma de melhorias habitacionais (Sampaio e Ferreira, 2023).

A realização e execução da experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra obteve seus resultados e retornos de maneira positiva, tanto dos alunos residentes



quanto dos mais diversos agentes envolvidos. Conforme afirmam Sampaio e Ferreira (2023, p. 254):

A gestão municipal atual vê o programa Morar Melhor mais como uma “porta de entrada” do que uma “porta de saída”. Isso significa que, enquanto as melhorias habitacionais abordam questões imediatas de habitabilidade, elas não descartam futuras iniciativas em urbanização, infraestrutura ou mesmo novas provisões habitacionais para as famílias beneficiadas.

Considerado a relevância do projeto e a sua aplicabilidade, há necessidade de reforçar quais desafios tal iniciativa demanda, e, dessa forma, através do contato direto com o organizador do programa, foram elencados cinco pontos principais que geraram significativa dificuldade, são eles: a seleção de residentes dedicados ao programa, com desafio de garantir o empenho integral; a preparação das municipalidades, esta que possivelmente pode possuir uma base desatualizada e despreparada, com falta de instrumentos e profissionais especializados; a infraestrutura física e de pessoas, que conte com equipamentos de informática, equipe de suporte técnico e veículos para transporte em áreas precárias e vulneráveis; a organização comunitária prévia que assegure a receptividade dos serviços de residência técnica universitária; as limitações na gestão dos recursos, que por sua vez, enfrenta desafios burocráticos no âmbito administrativo do fornecimento financeiro do CAU/SP, impedindo a eficácia na utilização dos recursos disponíveis. São estes pontos que permitem compreender a complexidade do curso e que possam instruir futuras organizações interessadas em empreender e investir nessa opção de ensino.

2.6. “ATHIS PARA MELHORIAS NAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA EM SÃO PAULO”

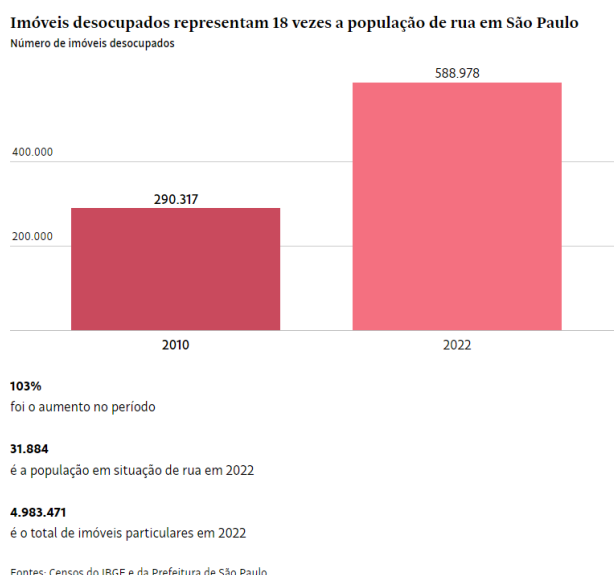
O trabalho desenvolvido reuniu uma rede complexa de tarefas e ações destinadas às famílias que habitam edifícios ocupados no centro da cidade de São Paulo, por movimento popular de moradia, mais especificamente, o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Com equipe técnica multidisciplinar, a elaboração de levantamentos, cartilhas de orientação, análise dos espaços ocupados e estudos de alternativa para melhoria da qualidade de vida dos moradores, são pontos fundamentais para a conclusão da relevância do projeto fomentado pelo CAU/SP.

Para compreender a notoriedade do trabalho, é necessário contextualizar a situação que o define com tal importância. A partir dos anos de 1990, a organização de alguns movimentos populares por moradia no centro passou a ser mais intensa, defendendo ações para uma melhor qualidade de vida e direito à cidade, por consequência dos altos preços da habitação nos centros monopolizados e fluxo de capital segregador. Dentre esses movimentos, em 2000 surge o MSTC, organização esta que atualmente coordena 5 ocupações em edifícios que estavam abandonados e não cumpriam função social na região

central de São Paulo, em que, no total, esses espaços abrigam juntos mais de 300 famílias (FIO, 2022).

As ocupações de edifícios são, através de uma interpretação lógica, inevitáveis em um município onde são predominantes os altos custos com aluguel, de vida e alta taxa de desemprego, além de, economicamente, a habitação ser historicamente praticada como mercadoria rentável, o que estimula a especulação imobiliária. Conforme dados do Censo 2022, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a cidade contabiliza quase 590 mil imóveis vazios, entre apartamentos e casas, valor correspondente a 12% do total de imóveis, ao passo em que há quase 32 mil pessoas em situação de rua.

Figura 3. Dados comparativos entre o Censo de 2010 e 2022 sobre imóveis desocupados



Fonte: PETROCILO, C., 2023.

Através dos dados apresentados, compreende-se que a população que não consegue estar ajustada ao modelo financeiro existente, resta-lhes ocupar espaços abandonados por sobrevivência, e não por escolha. Dessa forma, o movimento popular verdadeiramente organizado e comprometido em lutar por moradia digna é uma resposta a esse contexto segregador. Do contrário, a comunidade ficaria submetida ao desalento completo e estaria sujeita aos diversos riscos de segurança, como a queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018, incidente que gerou vítimas e desabrigou dezenas de pessoas.

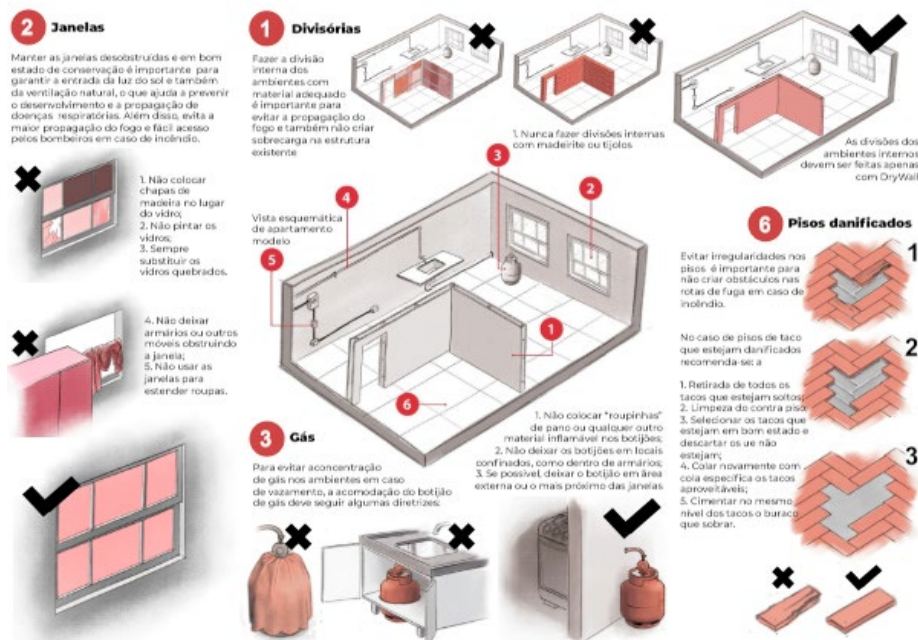
Desde o ocorrido, iniciou-se uma articulação coletiva formada por profissionais de arquitetura, ciências sociais, engenheiros e estudantes de arquitetura que realizam e acompanham as reformas de melhorias em segurança e combate a incêndio, com objetivo de traduzir as recomendações técnicas e apresentar aos moradores da ocupação quais as ações mitigadoras que devem ser realizadas. Sendo assim, essa dinâmica foi sendo estabelecida e adaptada para as ocupações existentes, tendo participação do poder público, da comunidade,

das organizações de movimentos por moradia, entre outros. Como aponta a FIO Assessoria Técnica Popular (2022, p.13):

Em geral, os apontamentos feitos pelo poder público eram avaliados pelo corpo técnico desse grupo, juntamente ao movimento social e seus moradores, a fim de determinar prioridades de execução, com critérios quanto ao tempo e o valor da reforma, bem como à segurança e integridade dos habitantes. [...] os profissionais realizavam visitas técnicas, conforme demandas das lideranças e/ou recursos possíveis para as intervenções. Além das visitas técnicas, com o objetivo de verificar precariedades extremas ou a possibilidade de atendimento das exigências do COMDEC, os voluntários da pequena assessoria, estimulados pelas lideranças do movimento, acompanhavam também assembleias dos moradores.

As modificações que viriam a ser estudadas e praticadas, dinamizavam em ser consciência para todos os agentes envolvidos, ou seja, um processo de participação popular e com registros constantes. Dos trabalhos executados, além dos materiais técnicos a partir das instalações e estruturas do edifício ocupado, vale reforçar o Manual de Orientações que a Assessoria lidou em tornar didático para os moradores, as ações mitigadoras com relação aos riscos que poderiam ser evitados e cuidados a serem executados, conforme fig.4.

Figura 4. Representação ilustrativa sobre as boas práticas nos espaços ocupados



Fonte: FIO ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR (2022, p.25).

De acordo com dados do CAU/SP (2023), o valor do fomento foi de R\$202.998,21 e contou, no total, com 30 profissionais de arquitetura e urbanismo, 4 profissionais de outras atuações e o equivalente a 1.660 pessoas envolvidas diretamente. Importante reforçar que grande parte da coordenação do trabalho foi realizado durante a pandemia do COVID-19, o que gerou mais dificuldades na elaboração. Atualmente esse processo de trabalho não está mais sendo realizado e renovado, mas a sua prática no período em questão e seus



desdobramentos foram e são fundamentais em muitas questões, como uma melhor compreensão da atuação do profissional de arquitetura, a mitigação e significativa redução de riscos nas ocupações, a capacitação dos moradores e fortalecimento do movimento organizado de moradia.

O projeto, desenvolvido pela “FIO Assessoria Técnica” em conjunto com o movimento popular MSTC (Movimento Sem-teto do Centro), este que foi o primeiro movimento de moradia a ter uma aprovação de fomento, ofereceu assessoramento a projetos, orientações e ações de melhorias para segurança que ocorreram em cinco ocupações organizadas na região central de São Paulo, são elas: “Rio Branco 47”, “São Francisco”, “Casarão”, “José Bonifácio 137” e “9 de Julho”. Tais ações são expoentes no sentido de oferecer oportunidades e expectativas positivas não apenas para moradores e membros do movimento de moradia, mas também aos profissionais envolvidos.

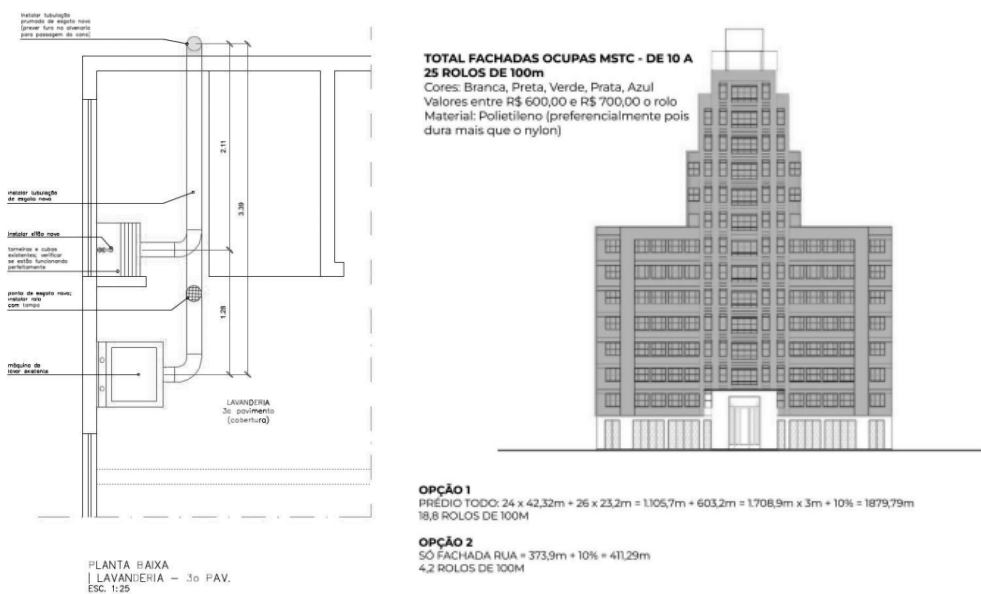
É imprescindível, para um coletivo atualmente bastante diverso, seguir com oportunidades que incluam outras identidades, especialmente as que se formaram fora de contextos privilegiados e não encontraram oportunidades de trabalho nos escritórios e assessorias já consolidados. Portanto, ao formar técnicos junto à organização social e política dada pelo movimento, se constrói um ambiente crítico e de muitas trocas, cuja orientação pode gerar profissionais cada vez mais capacitados. (Fio Assessoria Técnica Popular, 2022, p.57)

A implementação do trabalho envolveu a dinâmica de compreender a especificidade de cada ocupação e das famílias que moram, e assim, realizar uma dinâmica metodológica das etapas necessárias que priorizem as melhorias no curto, médio e longo prazo, considerando fatores financeiros, jurídicos, administrativos e sociais. De acordo com material disponibilizado pela Assessoria Técnica Fio, a prática da metodologia deu-se em 6 etapas, são elas: Mobilização com as famílias, com realização de assembleias gerais com as famílias afim de orientar e organizar sobre o mapeamento e alterações nos espaços; Levantamentos físicos e sociais e análise do relatório COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil), que envolveram o mapeamento edílico das ocupações, como a elétrica, segurança contra incêndio, hidráulica, estrutura e habitabilidade, além de propor alternativas para demandas urgentes, como situações de infiltração, rachaduras, entre outros. Além dos fatores físicos, foi necessário compreender informações sociais das famílias, como a renda, esta que mais de 50% possuem até 1 salário-mínimo, e gênero, com 60% majoritariamente feminino; A priorização das ações de melhorias considerando em curto, médio e longo prazo; O levantamento do orçamento quantitativo da demanda das ações de melhorias; O acompanhamento técnico das execuções prioritárias a curto prazo; E por fim, relatórios de resposta ao COMDEC que auxilia o trabalho da defesa jurídica do movimento, garantindo o argumento de permanência das famílias.



A organização para a realização das etapas e principalmente do levantamento requer um grupo de profissionais competentes para lidar com a complexidade das informações, tanto pela quantidade quanto pelas características particulares. Com uma equipe de 30 arquitetos, foi necessário dividir em cinco equipes em cada uma das cinco ocupações. Além disso, é importante ressaltar que todo o trabalho desenvolvido envolto nas relações sociais com as ocupações, como as visitas, entrevistas e levantamentos, eram previamente agendadas e concordadas constantemente com as famílias, além de informá-las sobre todas as etapas realizadas. Tais levantamentos proporcionaram o resultado dos projetos por segmentos de arquitetura edílica, como: Habitabilidade, Segurança contra Incêndio, Elétrica, Hidráulica e Estrutura.

Figura 5 – Planta de hidráulica (esq.) e Estudo de fachada (dir.) elaboradas



Fonte: FIO ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR (2022, p.62).

A importância do edital foi crucial para as agentes envolvidos no fomento, afinal, foi a oportunidade necessária para arquitetos competentes trabalharem, para o movimento de moradia e famílias integrantes se fortalecerem quanto potência política e social e oferecerem atenção e cuidado às suas vidas. O fomento realizado pelo CAU/SP no projeto apresentado foi exemplar, pois possibilita compreender a prática de uma alternativa eficiente e que garanta a sobrevivência daqueles que precisam. Porém, o investimento teve prazo e o exercício desse trabalho foi finalizado. Conforme informações fornecidas pelo grupo responsável pela assessoria técnica, a continuidade do trabalho, em algumas ocupações, se deu com recursos dos próprios moradores que contrataram prestadores de serviços, compraram material ou até fizeram as melhorias em esquema de mutirão, afinal, é extremamente difícil angariar recursos externos para fomentar o trabalho de profissionais e executar as obras de melhorias.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade atual da habitação social no Brasil é o resultado de um sistema econômico e político praticado há anos, em que a propriedade imobiliária é tratada constantemente como um bem maior do que o social. Baseado na valorização do livre mercado, sem medidas reguladoras contra a especulação imobiliária, o crescente custo de vida e o desamparo de políticas públicas permitem gerar índices cada vez maiores de déficits habitacionais e o distanciamento do ideal de moradia digna para todos (Rolnik, 2017).

Inseridos em um contexto segregador e que aprisiona grande parte da população em acumulação de dívidas, a luta por melhores direitos precisa ser interminável e incessantemente propagada, seja por meio dos movimentos populares, das classes trabalhadoras e nos ambientes políticos. É necessário reconhecer que os esforços do Conselho de Arquitetura e Urbanismo nos últimos anos em financiar projetos em ATHIS e estabelecer contato com as prefeituras, são louváveis na questão de “amenizar o incêndio” da habitação social e servir de exemplo para políticas públicas possíveis no futuro, pois atendem emergências a curto e longo prazo, além de permitir compreender a classe dos arquitetos e urbanistas não mais como algo elitista, mas que pode ser acessível para todos. Abordagem esta que não precisa ser apenas alterada para entidades da área e para a população, mas principalmente nas Universidades que formam as futuras gerações.

Reconhecer a classe como transformadora da sociedade e da atual situação é fundamental e implementar a capacitação em ATHIS, conforme as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, na carga horária dos cursos de graduação é uma alternativa importante em ser considerada, principalmente por motivos de realizar o ensino, a pesquisa e extensão integradas às comunidades (Sanchez e Rubio, 2023). É fundamental que universidades e entidades de especialização em ensino nas áreas sociais, políticas, de arquitetura e urbanas, promovam espaços para compreender e propagar o conhecimento em assistência técnica, e assim, ofertar gradualmente pessoal capacitado para planejar e executar ações direcionadas nas melhorias habitacionais em variadas escalas físicas.

A realização do trabalho em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ainda precisa ser praticada e articulada por mais anos para alcançar melhor consolidação de sua importância. Apesar da Lei nº 11.888/2008 ter sido aprovada há quase 20 anos, pode ser considerado como algo novo enquanto política pública, mas inegável a sua importância e seu impacto para a sociedade. Dessa forma, é de extrema importância que profissionais das áreas de arquitetura, de assistência social e de urbanismo, além do constante contato com as comunidades e agentes públicos, mantenham-se engajados e incentivados nas possíveis melhorias que o trabalho venha a receber quanto as suas articulações teóricas e práticas, e

que, assim, sejam firmadas políticas públicas efetivas que atendam o bem-estar social e destinem recursos principalmente nas prefeituras.

4. REFERÊNCIAS

BALBIM, R.; KRAUSE, C.; SANTIAGO, C.; BENEDETTO, C.; NUNES, A. C.; MARINHO S. *Melhorias Habitacionais e Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS): diretrizes e estratégias para uma política nacional*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023.

BONATES, Mariana Fialho. O Programa de Arrendamento Residencial – PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. *Risco*, Artigos e Ensaios, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44729/48359>>. Acesso em: 04.ago.2024.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Federal 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008a.

COMISSÃO ESPECIAL DE ATHIS (CATHIS). Vivenciando ATHIS: CAU/SP 2021-2023. In: SANCHES, Débora; CORADIN, Renata (coord.). *Vivenciando ATHIS: CAU/SP 2021-2023*. São Paulo: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2023. p. 18-23.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO. *Guia de ATHIS para os municípios*. São Paulo, 2022. Disponível em <https://issuu.com/causp_oficial/docs/guia_de_athis_para_os_municipios>. Acesso em: 20.jun.2024

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. *Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas*. Brasília, 2015.

FIO ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR. *Assessoria técnica popular: a prática em movimento*. São Paulo, 2022.

FIO ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR. *ATHIS para melhorias nas ocupações do centro*. São Paulo, 2022.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 01.abr.2024

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2008.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Residência Profissional: Experiência Inovadora em Ensino, Pesquisa e Extensão na Implantação da Residência Au+E/UFBA. In: SAMPAIO, Celso Aparecido; EMILIO, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (org.). *Residência*



em *Arquitetura e Urbanismo*: uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra. São Paulo: Terra Redonda, 2023. p. 53-72.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Brasília, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Brasília, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Brasília, 2022.

OLIVEIRA, Cirlei Terezinha Teixeira de Oliveira. *A implementação de políticas públicas habitacionais: O Caso do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no Rio Grande do Sul*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dez.2011.

OTONDO, Catherine. O papel do CAU/SP. In: SANCHES, Débora; CORADIN, Renata (coord.). *Vivenciando ATHIS: CAU/SP 2021-2023*. São Paulo: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2023. p. 6.

PETROCILO, Carlos. *São Paulo tem quase 590 mil imóveis vazios, 18 vezes a população de rua da cidade*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2023. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/sao-paulo-tem-quase-590-mil-imoveis-vazios-18-vezes-a-populacao-de-rua-da-cidade.shtml>>. Acesso em: 23.jun.2024.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SAMPAIO, Celso Aparecido; EMILIO, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (org.). *Residência em Arquitetura e Urbanismo: uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra*. São Paulo: Terra Redonda, 2023.

SAMPAIO, Celso Aparecido; FERREIRA, Paulo Emilio Buarque. Gestão da Residência em Arquitetura e Urbanismo – ATHIS: O caso Taboão da Serra e a Parceria FAU-Mackenzie. In: SAMPAIO, Celso Aparecido; EMILIO, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (org.). *Residência em Arquitetura e Urbanismo: uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra*. São Paulo: Terra Redonda, 2023. p. 119-134.

SANCHES, Débora; RUBIO Viviane Manzione. A Experiência de ATHIS na FAU-Mackenzie. In: SAMPAIO, Celso Aparecido; EMILIO, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (org.). *Residência em Arquitetura e Urbanismo: uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra*. São Paulo: Terra Redonda, 2023. p. 103-115.

SOMEKH, Nadia; NUNES, Antonio Couto. O Brasil precisa de mais Arquitetura e Urbanismo. In: SAMPAIO, Celso Aparecido; EMILIO, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (org.). *Residência em Arquitetura e Urbanismo: uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra*. São Paulo: Terra Redonda, 2023. p. 39-50.

WHITAKER, João Sette (coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano*. São Paulo: Editora FUPAM, 2012.

Contatos: guilherme.fumelli@gmail.com e debora.sanches@mackenzie.br